

Soberania e Segurança Alimentar no Paraguai: a atuação do Estado e a luta dos movimentos sociais

Lorena Izá Pereira

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT/UNESP).

Pesquisadora do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA).

Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

e-mail: lorena.izap@gmail.com

Resumo

A questão da soberania e segurança alimentar no Paraguai é um paradoxo. O país é o sexto maior produtor de soja a nível mundial, com uma produção de 8.004.858 toneladas na safra de 2014/2015 e exportação de 4.856.121 toneladas, ou seja, mais de 50% do total de soja produzida no país é utilizada no exterior (CAPECO, 2016). Porém, ao mesmo tempo, apenas 352.900 hectares foram destinados à produção de alimentos para a população paraguaia, o correspondente a 6% da superfície total do país. Além da baixa produção de alimentos, o Paraguai sofre com um aumento contínuo da taxa de pobreza, com 1.534.000 habitantes vivendo na linha de pobreza em 2015. Diante deste cenário, emerge o papel do Estado paraguaio, que atua timidamente na promoção da segurança alimentar, uma vez que a maioria de suas políticas públicas não possui como alvo a garantia do acesso ao alimento e aquelas que são essenciais não saíram do plano institucional. Neste contexto, movimentos sociais possuem um papel de extrema importância.

Palavras-chave: Paraguai; soberania alimentar; segurança alimentar; Estado; CONAMURI.

Sovereignty and Food Security in Paraguay: the role of the State and the struggle of the social movements

Abstract

The issue of food security and sovereignty in Paraguay is a paradox. The country is the sixth largest soy producer in the world, with a production of 8,004,858 tons in the 2014/2015 harvest and export 4,856,121 tons, is more than 50% of the soy produced in the country is used outdoors (CAPECO, 2016). But at the same time, only 352,900 hectares were used for food production for the Paraguayan population, corresponding to 6% of the total area of the country. In addition to low food production, Paraguay suffers from a continuous increase in the poverty rate, with 1.534 million inhabitants living at the poverty line in 2015. In this scenario, emerges the role of the Paraguayan State, which acts timidly in promoting security food, since most of their policies do not have targets to guarantee access to food and those that are essential not left the institutional level. In this context, social movements have a very important role.

Keywords: Paraguay; food sovereignty; food security; State; CONAMURI.

Soberanía y seguridad alimentaria en el Paraguay: el papel del Estado y la lucha de los movimientos sociales

Resumen

El tema de la soberanía y seguridad alimentaria en el Paraguay es una paradoja. El país es el sexto mayor productor de soja en el mundo, con una producción de 8.004.858 toneladas en la cosecha de 2014/2015 y exportación 4.856.121 toneladas, es más del 50% de la soja producida en el país (CAPECO, 2016). Pero, al mismo tiempo, sólo se utilizaron 352.900 hectáreas para la producción de alimentos para la población paraguaya, que corresponde al 6% de la superficie total del país. Además de la baja producción de alimentos, Paraguay sufre de un aumento continuo de la tasa de pobreza, con 1.534 millones de habitantes que viven en el umbral de la pobreza en el año 2015. En este escenario, surge el papel del Estado paraguayo, que actúa con timidez en la promoción de la seguridad alimentos, ya que la mayoría de sus políticas no tienen objetivos de garantizar el acceso a los alimentos y aquellas que son esenciales no se dejó nivel institucional. En este contexto, los movimientos sociales tienen un papel muy importante.

Palabras clave: Paraguay; soberanía alimentaria; seguridad alimentaria; Estado; CONAMURI.

Introdução

Este artigo é resultado do projeto de pesquisa intitulado “*Soberania alimentar, segurança alimentar, terra e território no Paraguai*”, financiado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), por meio do Programa “União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) e “*Red Soberanía y Seguridad Alimentaria y Nutricional*” (Red-SSAN-UNASUL), com o objetivo de fomentar o intercâmbio de experiências e pesquisas sobre a segurança e soberania alimentar e nutricional em escala sul-americana. Esta pesquisa foi realizada em seis países - Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Paraguai e Uruguai. Dentre as nações estudadas, cada uma com suas singularidades, o Paraguai é o país que se sobressai, pois possui marcantes paradoxos: é o sexto maior produtor mundial de soja e a economia que apresenta maior crescimento na América Latina, com elevação do PIB em 11% no ano de 2013 (THE NEW YORK TIMES, 04 mai. 2013). Concomitantemente, é extremamente dependente do mercado externo para produção de alimentos, pois apenas 352.900 hectares são destinados à produção de alimentos no país, ou seja, cerca de 6% de sua superfície territorial. Além disso, há um interesse crescente de outros países na apropriação de terras no Paraguai para a produção de alimentos, como o caso de Japão e Coreia do Sul.

Diante deste cenário emerge uma preocupação com a segurança alimentar da população paraguaia, uma preocupação muito maior por parte da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) do que do Estado paraguaio. Além da segurança alimentar, emerge a soberania alimentar como bandeira de luta dos movimentos sociais, que ocorre, sobretudo a partir de reivindicações destes movimentos. A partir destas afirmações, os objetivos do trabalho são: evidenciar brevemente o processo de histórico de construção do Estado paraguaio desde 1870 até a atualidade e como as políticas e leis impactaram o campo e os camponeses em cada período, apresentar o papel do Estado paraguaio enquanto promotor da segurança alimentar através de planos, programas e

políticas públicas e expor as lutas e experiências de soberania alimentar no país por parte da sua população camponesa.

Para alcançar tais objetivos o artigo está estruturado em cinco seções: *Procedimentos metodológicos*, na qual serão expostas as etapas do desenvolvimento da pesquisa; *Segurança alimentar versus soberania alimentar*, que será destinada a discussão da segurança e soberania alimentar desde a academia até os movimentos sociais; *Segurança e Soberania Alimentar no Paraguai*, em que evidenciaremos a situação da segurança e soberania alimentar no Paraguai frente ao modelo de desenvolvimento do agronegócio; *O Estado Paraguai e a Segurança Alimentar*, em que será abordada as políticas públicas instituídas pelo Estado Paraguai com o objetivo de promover a segurança alimentar, e; *A luta pela Soberania Alimentar no Paraguai: o caso da Coordinadora de Mujeres Rurales e Indígenas (CONAMURI)*, seção na qual iremos expor a luta dos movimentos sociais pela soberania alimentar, evidenciando o CONAMURI como o movimento protagonista nesta luta. Por fim, destacamos que este artigo é um esforço em busca de uma construção coletiva entre academia, movimentos sociais, Estado e organizações multilaterais que lutam pela garantia da segurança e soberania alimentar no Paraguai.

Procedimentos Metodológicos

Para este artigo utilizamos diversos procedimentos metodológicos. Inicialmente realizamos uma revisão bibliográfica a respeito da temática de Soberania e Segurança Alimentar e questão do acesso ao alimento no Paraguai. Posteriormente, efetuamos um levantamento de dados acerca de diversos elementos que nos permitem compreender e analisar a realidade paraguaia, tais como densidade populacional, produção agropecuária e taxas de pobreza. Em um terceiro momento recorreremos ao procedimento metodológico do trabalho de campo com o objetivo de articular a teoria com o empírico. Realizamos o trabalho de campo entre os dias 18 de novembro e 10 de dezembro de 2015, no município de Assunção.

Por fim, durante o trabalho de campo empregamos o procedimento de entrevistas, que consiste em “um processo de interação social, no qual o entrevistador tem por objetivo a obtenção de informações por parte do entrevistado” (COLOGNESE E MÉLO, 1998, p. 143). Entrevistamos representantes de dois órgãos do governo federal do Paraguai: *Ministerio da Agricultura y Ganaderia (MAG)* e *Servicio Nacional de Calidad y Sanidad Vegetal y de Semillas (SENAVE)*, o primeiro é a principal esfera em nível estatal que tem o dever de promover a segurança e soberania alimentar por meio de políticas públicas e o segundo corresponde à secretaria que controla toda a utilização de sementes geneticamente

modificadas e produtos fitossanitários, ou seja, agrotóxicos no país. Além dos representantes do Estado, entrevistamos líderes de movimentos sociais de luta pela soberania alimentar, com o objetivo de dar voz às duas esferas envolvidas no processo. Neste caso, entrevistamos líderes da *Coordinadora Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas* (CONAMURI).

Segurança versus Soberania Alimentar

Diante de uma variedade de alterações a nível mundial, incluindo aceleração da globalização, elevação da população mundial, projetando para 2050 o total de nove bilhões de pessoas no mundo (FAO, 2009), mudança da matriz energética, crise ambiental, climática, financeira e alimentar, chamada de convergência de crises (WHITE, FRANCO, SÁNCHEZ; TANDON, 2012). Além destes elementos, vivenciamos um período ascensão do regime alimentar corporativo (MCMICHAEL, 2009), que é caracterizado pelo poder de monopólio exercido por grandes e influentes grupos transnacionais que atuam (e dominam) todo o processo produtivo, de processamento e comercialização de alimentos, inclusive setores como produção de sementes geneticamente modificada e agroquímica em geral.

Diante desta situação, emerge na pauta de governos e instituições multilaterais a preocupação com a segurança alimentar. A segurança alimentar e nutricional é um termo criado pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e utilizado desde a década de 1960. A segurança alimentar busca garantir o acesso físico e econômico a alimentos saudáveis, com o objetivo de satisfazer as necessidades nutricionais da população.

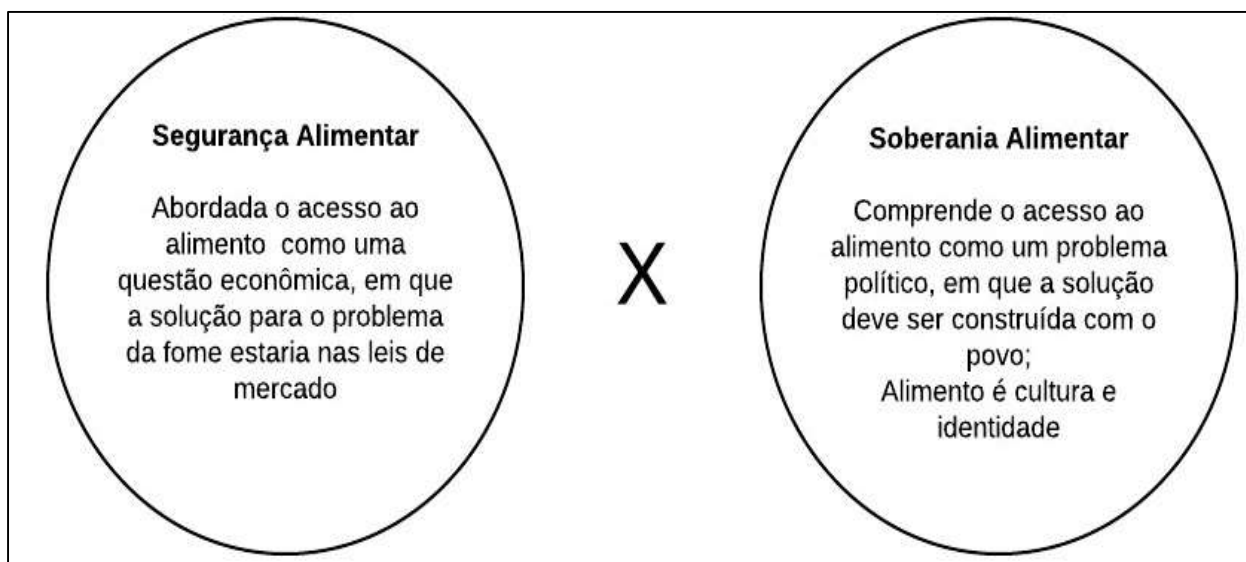
Existe seguridad alimentaria cuando todas las personas tienen, en todo momento, acceso físico y económico a suficientes alimentos, inocuos y nutritivos para satisfacer sus necesidades alimenticias y sus preferencias en cuanto a los alimentos, a fin de llevar una vida activa y sana". Esta definición le otorga una mayor fuerza a la índole multidimensional de la seguridad alimentaria e incluye la disponibilidad de alimentos, el acceso a los alimentos, la utilización biológica de los alimentos y la estabilidad (FAO, p. 30, 2005).

Como podemos observar, o conceito de segurança alimentar implica no acesso ao alimento em quantidades suficientes, porém não estabelece em nenhum momento uma diretriz a respeito do poder de decisão sobre qual alimento consumir. Destacamos também que o problema da fome no mundo não é a escassez de alimentos, que é utilizada como justificativa por Estados e empresas que fomentam a estrangeirização da terra, onde “*se adquire terras para a produção de alimentos, pois há a sua falta no mercado*” (MCMICHAEL, 2009). O problema da fome é o acesso ao alimento em consequência do seu valor. Neste

cenário, falar apenas de segurança alimentar implica em ser conivente com este modelo agroexportador e beneficiá-lo, uma vez que a segurança alimentar busca apenas a garantia de acesso físico e econômico ao alimento.

Na contramão deste conceito, movimentos sociais criaram o termo Soberania Alimentar, abordando o alimento como uma questão cultural e de identidade. Tal conceito foi formulado pela Via Campesina e publicado no documento intitulado “*The right to produce and access land: position of Via Campesina on Food Sovereignty*”. A soberania alimentar, de acordo com a Via Campesina (1996), “*corresponde ao direito de cada nação de manter e desenvolver na própria capacidade de produzir alimentos básicos, respeitando a diversidade cultural e produtiva*”. Ou seja, o poder de decisão do Estado em executar seus projetos em relação ao alimento, sem se inserir na fase da alimentação corporativa. Em 2007, foi publicada a *Declaração de Nyélény* durante o Foro Mundial pela Soberania Alimentar, no Mali, organizado pelo Via Campesina. Segundo esta nova declaração, a soberania alimentar se constitui como um “*direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, e seu direito de decidir seu próprio sistema alimentício e produtivo*”. O Organograma 01 evidencia as diferenças entre a segurança e a soberania alimentar.

Organograma 01: Diferenças entre a Segurança Alimentar e a Soberania Alimentar.



Org.: PEREIRA, L. I. (2016).

De acordo com o *Forum for Food Sovereignty (2007)*, a soberania alimentar, além de lutar pelo poder de decisão sobre o que e do que se alimentar, também tem como pilar a sustentabilidade e a preservação da natureza através da produção agroecológica e orgânica, baseado no resgate de práticas e técnicas de produção ancestrais, na policultura e

nas sementes crioulas. A soberania alimentar rejeita as monoculturas e as tecnologias de produção, como sementes transgênicas e produtos agroquímicos, sem a dependência em relação às grandes corporações transnacionais que controlam o atual regime alimentar corporativo.

A partir do exposto há a compreensão que a soberania alimentar caminha além do conceito de segurança alimentar, uma vez que não basta ter o acesso ao alimento e sim o poder de decisão sobre este. Wittman (2011) afirma que a soberania alimentar é uma alternativa fundamental para o conceito de segurança alimentar. Este é o projeto político defendido pela Via Campesina. Assim, nos últimos anos, estamos assistindo o desmantelamento dos sistemas tradicionais de produção e fornecedores de alimentos, em troca de produtos padrões alimentícios impostos por grandes corporações. Destacamos aqui que a imposição de um regime alimentar corporativo, não afeta apenas a soberania alimentar de um Estado, mas também a soberania territorial e econômica, além de intensificar o processo de estrangeirização da terra, provocar impactos ambientais e culturais. Mais do que isso, evidencia-se a existência de uma disputa em torno da alimentação em escala mundial.

Soberania e Segurança Alimentar no Paraguai

O Paraguai é um país mediterrâneo localizado na América do Sul, com uma superfície de 40.675.200 hectares. Segundo a *Encuesta Permanente de Hogares* (EPH) publicada em 2016 o Paraguai possui uma população total de 6.755.757 habitantes distribuídos entre os seus 17 departamentos. O departamento mais populoso é o Central, com 1.985.384 habitantes¹, onde está localizada a capital do país - Assunção, seguido por Alto Paraná (773.303 habitantes) na fronteira com o Brasil. O Paraguai é um país de paradoxos, uma vez que é o sexto maior produtor de soja em escala mundial, com 3.264.480 hectares de cultivo e uma produção de 8.004.858 toneladas em 2015 (CAPECO, 2016) e, simultaneamente apresenta o índice de Gini, que mensura a concentração fundiária, no valor de 0,93, considerado um dos maiores do mundo (FABRINI, 2012), possui apenas 6% de seu território destinado à produção de alimentos, cerca de 353.000 hectares (JORNAL HOY, 13 out. 2015) e 22,24% da população nacional, correspondente a 1.534.000 pessoas estão na linha da pobreza (EPH, 2016).

A realidade paraguaia é fruto de um processo histórico de concentração e estrangeirização da terra. De 1811 a 1870, o país viveu um período independente, mantendo o mínimo de relações com os países imperialistas. Os governos de Dr. Gaspar

¹ Central é o departamento paraguaio que concentra as cidades mais populosas do país, o que explica a elevada concentração populacional do departamento.

Rodríguez de Francia (1813-1840) e de Carlos Antonio López e seu filho Francisco Solano López (1840-1870) instauraram medidas que proporcionou a efetivação de uma reforma agrária, uma vez que as terras pertencentes à igreja católica e aos latifundiários foram expropriadas, declaradas como propriedades estatais e arrendadas a baixos preços para camponeses (VILLAGRA, 2012). Estas medidas do Estado paraguaio evidenciam que o país tentou sair da esfera do mercado, porém foi massacrado através da Guerra da Tríplice Aliança e obrigado a reingressar (HOBSBAWN, 1988). A Grande Guerra, como é chamada pelos paraguaios, deixou marcar profundas no território e na população do país. Em primeiro lugar, ocorreu um impacto demográfico, pois no início da guerra a população paraguaia era estimada em 800.000 habitantes e em 1872 a população total do país era de 231.196 habitantes (PASTORE, 1972). Outro impacto foi a doação da Constituição Argentina como lei principal para reger o Paraguai em 1870, declarando a propriedade privada como um direito inviolável. Em consequência, em 1883 e 1885 foram instauradas leis que permitiam a venda do território paraguaio aos estrangeiros, com a justificativa da necessidade de se gerar divisas para saldar a dívida da Guerra (PASTORE, 1972). Justamente neste momento que se inicia o processo de estrangeirização da terra no Paraguai.

No primeiro momento as terras do país foram adquiridas, principalmente, por empresários argentinos, ingleses e espanhóis, sobretudo as terras do Chaco Paraguai, localizado na porção Ocidental do país. Esta política de vender as terras do Chaco era mais do que uma política de colonização, mas tinha como o objetivo definir as fronteiras internacionais do Paraguai, o que ocorreu apenas em 1935, com a Guerra do Chaco (VÁZQUEZ, 2013). A partir da década de 1960 o processo de concentração fundiária e de aumento da desigualdade se acentua devido o início da ditadura de Alfredo Stroessner que durou 35 anos (1954-1989). Este período foi caracterizado pela violência, concentração da terra e abertura da relação com o Brasil (LAINO, 1979; VILLAGRA, 2009; ALBUQUERQUE, 2010). A região Sul do Brasil, por sua vez, estava em transição em direção à mecanização conservadora da agricultura, o que possibilitou a migração de brasileiros - camponeses e latifundiários - para o Paraguai, que apresentava diversas vantagens comparativas. Concordamos que é importante realizar a distinção entre o camponês e o latifundiário que migrou para o Paraguai, para evitar possíveis generalizações como são realizados pela mídia. Os camponeses foram desterritorializados de suas terras por um modelo de desenvolvimento excludente e viram no Paraguai uma oportunidade de sobrevivência na terra. Estes camponeses se tornaram conhecidos por *Brasiguaios*, sofreram os mesmos problemas dos camponeses paraguaios e grande parte foi desterritorializada e retornou ao Brasil (ALBUQUERQUE, 2010). Os latifundiários brasileiros se territorializaram no Paraguai com o auxílio do governo de ambos os países e até a atualidade compõem a elite ruralista

nacional, como é o exemplo de Tranquilo Favero, que migrou para o Paraguai na década de 1960 e hoje é o maior produtor de soja do Paraguai.

Este processo não foi livre de conflito, os camponeses paraguaios foram desterritorializados de suas terras para a reterritorialização de camponeses² e latifundiários brasileiros, o que gerou um desconforto em relação ao Brasil. Além da desterritorialização, o Estado paraguaio não disponibilizava nenhuma assistência a esta classe, o que afetava a produção de alimentos. Na década de 1970 a situação se agrava, pois se iniciou no país o cultivo de soja (BOFFIL, 2012). Em 1999 começa uma nova fase no processo de produção de soja com a introdução de sementes geneticamente modificadas, gerando não apenas um impacto social, mas também ambiental. Percebe-se que em nenhum momento da história do Paraguai aqui contada brevemente, houve uma política por parte do Estado para garantir a segurança alimentar da população, pelo contrário, foi promovido um modelo de desenvolvimento pautado na produção de *commodities* para a exportação, concentração fundiária e criminalização das lutas sociais. Desde a ditadura, em 1954 até 2008, o Paraguai foi governado pelo Partido Colorado, apenas em 2008, este cenário foi alterado com a eleição de Fernando Lugo (Partido Aliança Patriótica para a Mudança, de 2007 a 2010 e Frente Guasú 2010 até o presente). Lugo apresentou leis ousadas considerando a história paraguaia desde 1870, o que levou a sua destituição por meio de um golpe parlamentar em 2012, retornando ao poder novamente o Partido Colorado.

Apenas no governo de Lugo que foram instauradas políticas públicas com o objetivo de promover a segurança alimentar. Na realidade, Fernando Lugo propõe mais que a segurança alimentar, introduzindo ao debate a soberania alimentar na esfera do Estado³. O marco deste debate no governo Lugo foi a proposta de criação do *Plan Nacional de Soberanía y Seguridad Alimentaria y Nutricional del Paraguay* (PLANAL), que foi instituído a partir dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, da Organização das Nações Unidas (ONU), em que o objetivo número um é erradicar a pobreza extrema e a fome. Com a destituição de Lugo, o PLANAL foi cancelado, o que evidencia que as políticas de promoção de segurança e soberania alimentar são interesses de um determinado grupo político, neste caso, o não dominante. Há diversas políticas públicas do governo paraguaio, contudo as mesmas são pouco eficazes, como relatado pelos movimentos sociais durante o trabalho de campo. Frente a este cenário, a luta pela soberania alimentar através de movimentos sociais se torna de extrema importância, pois estes lutam não apenas pela segurança alimentar, mas contra um modelo excludente e que ameaça o meio ambiente.

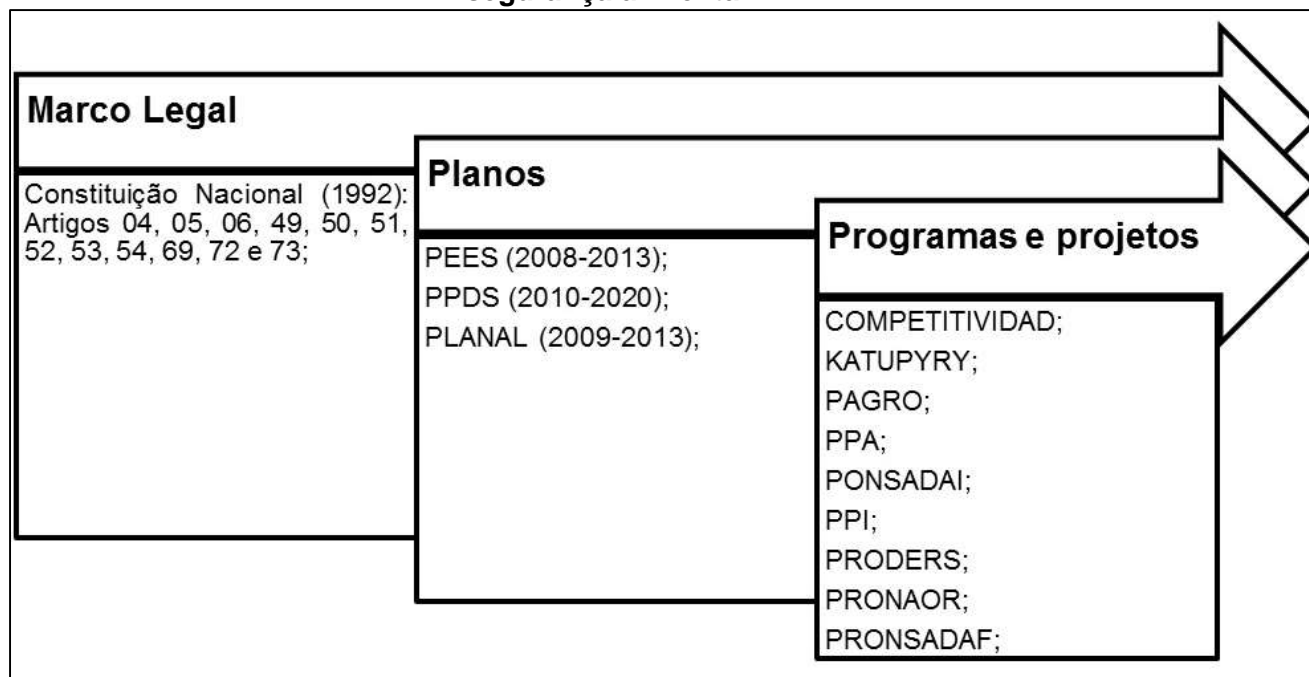
²Embora os brasiguaios sofram os mesmos impactos que os camponeses paraguaios, a massiva migração de brasileiros para o Paraguai gerou especulação imobiliária no país e os camponeses paraguaios sem alternativas e apoio do Estado vendiam as suas terras para os brasileiros, tanto camponeses como latifundiários.

³ Em geral, os governos sul-americanos caracterizados como pós-neoliberais, instituíram o debate da soberania alimentar em plano governamental.

O Estado Paraguuaio e a Segurança Alimentar

A ideologia do governo paraguaio é clara: a segurança alimentar será efetivada através do fortalecimento da agricultura familiar, que deve ocorrer via mercado, da integração do pequeno produtor, uma posição evidente do modelo de desenvolvimento promovido pelo agronegócio. A política de promoção de segurança alimentar no Paraguai é impulsionada através de níveis relacionados. Em primeiro lugar há um marco legal que garante institucionalmente o acesso ao alimento, posteriormente há planos a nível nacional e, por fim, programas nacionais ou departamentais que tem a segurança alimentar como trunfo. Esta relação está representada no Organograma 02. Destacamos que o debate da segurança alimentar no Paraguai é recente, logo, as políticas em torno do tema também são. A institucionalização de planos, programas e projetos com o foco de promover a segurança alimentar foi iniciada no ano de 2008, com a eleição de Fernando Lugo, um governo caracterizado como pós-neoliberal, Com a destituição de Lugo da presidência do país, os planos com o horizonte até 2013 não apresentaram proposta uma continuidade e especificamente o *Plan Nacional de Soberanía y Seguridad Alimentaria y Nutricional del Paraguay* (PLANAL) foi cancelado ainda em 2012, não sendo concluído. Enfatizamos que o PLANAL era o único plano que abordava claramente a soberania alimentar.

Organograma 02: Composição do papel do Estado paraguaio para a garantia da segurança alimentar.



Fonte: Governo do Paraguai (2015); Org.: PEREIRA, L. I. (2016).

O marco legal, neste caso é a Constituição Nacional de 1992, que nos artigos 04, 06, 49, 54, 69, 72 e 73 garante o direito ao acesso ao alimento. Contudo, se observa que em nenhum momento há algum artigo que explicita o direito ao acesso ao alimento, mas sim o direito à vida, que se traduz diretamente ao direito de ser alimentado.

Art. 4 Del derecho a vida: El derecho a la vida es inherente a la persona humana. Se garantiza su protección, en general, desde la concepción. Queda abolida la pena de muerte. Toda persona será protegida por el Estado en su integridad física y psíquica, así como en su honor y en su reputación. La ley reglamentará la libertad de las personas para disponer de su propio cuerpo, sólo con fines científicos o médicos.

Art. 6 De la Calidad de vida: La calidad de vida será promovida por el Estado mediante planes y políticas que reconozcan factores condicionantes, tales como la extrema pobreza y los impedimentos de la discapacidad o de la edad. El Estado también fomentará la investigación sobre los factores de población y sus vínculos con el desarrollo económico social, con la preservación del ambiente y con la calidad de vida de los habitantes.

Art. 49: De la protección de la familia: La familia es el fundamento de la sociedad. Se promoverá y se garantizará su protección integral. Esta incluye a la unión estable del hombre y de la mujer, a los hijos y a la comunidad que se constituya con cualquiera de sus progenitores y sus descendientes.

Art. 54: De la protección al niño: La familia, la sociedad y el Estado tienen la obligación de garantizar al niño su desarrollo armónico e integral, así como el ejercicio pleno de sus derechos protegiéndolo contra el abandono, la *desnutrición*, la violencia, el abuso, el tráfico y la explotación. Cualquier persona puede exigir a la autoridad competente el cumplimiento de tales garantías y la sanción de los infractores. Los derechos del niño, en caso de conflicto, tienen carácter prevaleciente.

Art. 69 Del sistema nacional de salud: Se promoverá un sistema nacional de salud que ejecute acciones sanitarias integradas, con políticas que posibiliten la concertación, la coordinación y la complementación de programas y recursos del sector público y privado.

Art. 72 Del Control de calidad: El Estado velará por el control de la calidad de los productos alimenticios, químicos, farmacéuticos y biológicos, en las etapas de producción, importación y comercialización. Asimismo facilitará el acceso de factores de escasos recursos a los medicamentos considerados esenciales.

Art. 73 Del derecho a la educación y de sus fines: Toda persona tiene derecho a la educación integral y permanente, que como sistema y proceso se realiza en el contexto de la cultura de la comunidad. Sus fines son el desarrollo pleno de la personalidad humana y la promoción de la libertad y la paz, la justicia social, la solidaridad, la cooperación y la integración de los pueblos; el respeto a los derechos humanos y los principios democráticos; la afirmación del compromiso con la Patria, de la identidad cultural y la formación intelectual, moral y cívica, así como la eliminación de los contenidos educativos de carácter discriminatorio. La erradicación del analfabetismo y la capacitación para el trabajo son objetivos permanentes del sistema educativo (PARAGUAY, 1992, p.16 - Grifo nosso).

A promoção da segurança alimentar não é algo que possa ocorrer separadamente de demais políticas, ou seja, o direito à alimentação é primordial à vida e está inserido nos

direitos humanos. Além destes artigos presentes na Constituição do Paraguai, em 2012 foi aprovada a “*Ley Marco de Soberanía, Seguridad Alimentaria y Nutricional y Derecho a la Alimentación*”, que consiste em um conjunto de normas a serem desenvolvidas com o auxílio da FAO e pela iniciativa *América Latina y Caribe sin Hambre*. Este marco legislativo reconhece o direito à alimentação desde uma esfera supranacional (FAO, 2012).

Para ello se trazaron objetivos y estrategias, como el de garantizar la disponibilidad permanente de alimentos inocuos y nutritivos; respetar y proteger los conocimientos y modos de vida tradicionales, fortaleciendo los modos de producción familiar y comunitario; fomentar a través de la producción agroalimentaria sustentable la implementación de políticas de protección e inclusión socioeconómica de la población más vulnerable y la habilitación de una canasta básica alimentaria, con garantía de calidad nutricional. También contempla la protección y recuperación de la agrobiodiversidad y el ambiente, así como la organización y el funcionamiento de bancos de semillas autóctonas y tradicionales con el objeto de promover la producción y conservación, con miras al autoabastecimiento (GORDILLO; JERÓNIMO, 2013, p. 45).

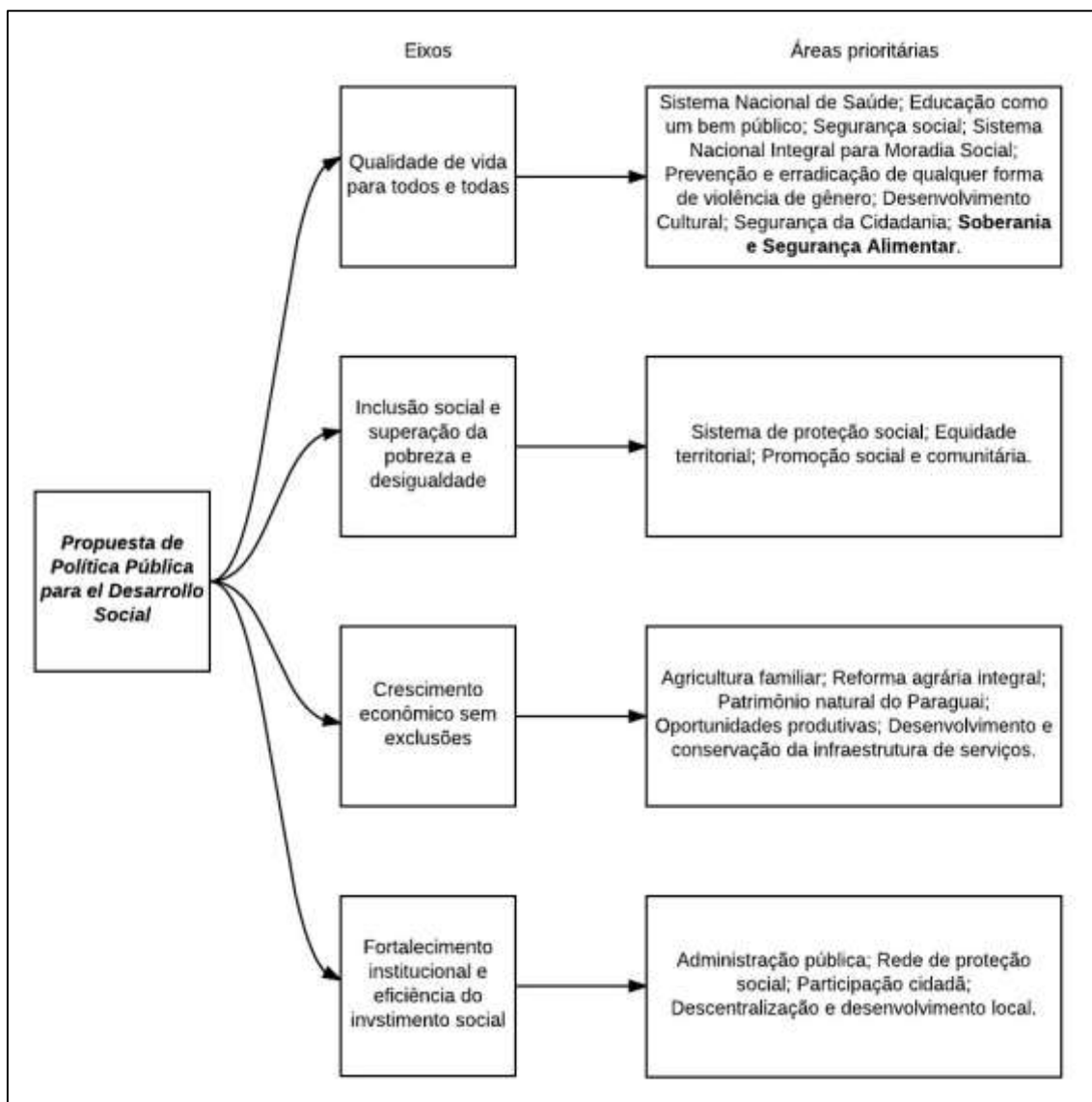
Após este marco legal há a elaboração de planos em escala nacional com o objetivo de promover a segurança alimentar. Há um total de quatro planos com tal finalidade sendo estes: *Plan Estratégico Económico Social* (PEES) (2008-2013), *Propuesta de Política Pública para el Desarrollo Social* (PPDS) (2010-2020), *Plan Nacional de Soberanía y Seguridad Alimentaria y Nutricional del Paraguay* (PLANAL) (2009-2013), considerado um marco para o país e *Plan Nacional de Desarrollo* (PND) (2015-2030). Apenas o PLANAL possui enfoque direto na segurança e soberania alimentar, os demais são de cunho de promoção social e redução das desigualdades e que em algum momento abordam a questão da segurança alimentar. O *Plan Estratégico Económico Social* (PEES) foi elaborado no ano de 2008 no governo de Fernando Lugo. Tal plano tem como objetivo garantir o desenvolvimento inclusivo do Paraguai e possui seis objetivos estratégicos e oito pilares os quais sustentam o PEES.

Os objetivos do PEES são: prosseguir o crescimento econômico do Paraguai, porém com maior geração de emprego; fortalecer as instituições do Estado para melhorar a eficácia das políticas públicas; aumentar e melhorar os investimentos sociais, especialmente em educação e saúde, focalizando a redução da pobreza; encorajar a diversificação na estrutura produtiva, preservando o meio ambiente; impulsionar a participação da sociedade civil e do setor privado na economia para fortalecer micro e pequenas empresas, especialmente pequenas propriedades agrícolas, aumentando a capacidade de competição entre produtores e coordenar ações do governo para apoiar o desenvolvimento regional descentralizado. A segurança alimentar não está delimitada em nenhum objetivo do PEES, porém está implícita no objetivo 03 “*Aumentar e melhorar os investimentos sociais,*

especialmente em educação e saúde, focalizando a redução da pobreza”, uma vez que para garantir a saúde e reduzir a pobreza é necessário o acesso ao alimento.

Outro plano no marco da discussão da segurança alimentar no Paraguai é a *Propuesta de Política Pública para el Desarrollo Social* (PPDS).com um horizonte de 2010 a 2020. O PPDS também foi elaborado no governo de Fernando Lugo e possui como objetivo geral iniciar um processo de socialização e consultas com a sociedade, buscando estabelecer um marco com todos os atores sociais do Paraguai, incorporando suas propostas, demandas e saberes. Segundo Stanley (2011), a *Propuesta de Política Pública para el Desarrollo Social* semeia desenvolvimento humano e social inclusivo, que orienta e articula todas as instituições que integram o Gabinete Social do governo do Paraguai. O PPDS possui quatro eixos transversais, cada qual com suas áreas prioritárias:

Organograma 03: PPDS - Eixos estruturais e áreas prioritárias



Fonte: PPDS (2010); Org.: PEREIRA, L. I. (2016).

Apesar de ser um objetivo transversal, a soberania e segurança alimentar aparece explicitamente como área prioritária apenas no eixo 01, porém, ao buscar o fortalecimento da agricultura familiar está implícito a segurança alimentar. No objetivo geral “Melhorar a qualidade de vida da população paraguaia mediante o desenvolvimento e fortalecimento dos Sistemas de Bens e Serviços Públicos” há um tópico exclusivo para a segurança e soberania alimentar. O PPDS entende que a soberania alimentar (e não segurança) é um problema de acesso ao alimento e que esta deve ser garantida pelo Estado através do fortalecimento da agricultura familiar, tal fortalecimento apenas será possível com a assistência técnica integrada, visão que busca promover o modelo de desenvolvimento do agronegócio. Segundo PPDS soberania alimentar é:

Se entiende por soberanía alimentaria a la facultad de cada Estado para definir sus propias pautas alimentarias de acuerdo a objetivos de desarrollo sostenible y seguridad alimentaria. “Existe seguridad alimentaria cuando todas las personas tienen en todo momento acceso físico y económico a suficientes alimentos inocuos y nutritivos para satisfacer sus necesidades alimenticias y sus preferencias en cuanto a los alimentos a fin de llevar una vida activa y sana” (PPDS, 2010, p. 48).

Por fim e não menos importante, há o *Plan Nacional de Soberanía y Seguridad Alimentaria y Nutricional del Paraguay* (PLANAL) elaborado em 2009 pela Secretaria Técnica de Planificação com o apoio da FAO. O PLANAL foi criado devido aos “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio”, conforme citado anteriormente. De fato o PLANAL foi o único plano elaborado especificamente para a segurança e soberania alimentar. Segundo o governo do Paraguai, o PLANAL corresponde a uma resposta as condições de vulnerabilidade de aproximadamente 40% da população do país, aos elevados índices de desnutrição, má nutrição e enfermidades proporcionadas pela falta de alimentos adequados, à insegurança vivida no espaço rural paraguaio, onde a maioria das propriedades agrícolas familiares possui baixo retorno econômico. Segundo o discurso de Lugo em 15 de agosto de 2008, o PLANAL busca promover:

“La conquista de un proceso de desarrollo, una economía sustentable con equidad social, un Paraguay socialmente justo... donde nunca más exista tanta inequidad que genera saciedad y hambre al mismo tiempo; la seguridad alimentaria caracterizada no solo desde el reaseguro de un espacio y oportunidades de producción autogestionaria sino también en su dimensión **CULTURAL, SOBERANA E IDENTITARIA**” (LUGO, 2008 - grifo nosso).

O PLANAL possui sete objetivos que deverão, ou pelo menos deveriam ser alcançados até o ano de 2025, sendo: fortalecer a capacidade de autogestão de setores

vulneráveis na produção e aproveitamento sobre bases sustentáveis; garantir o acesso de setores vulneráveis a alimentos nutritivos; melhorar o uso e consumo de alimentos da população em geral; gerar trocas positivas no sistema cultural vinculado à soberania e segurança alimentar e nutricional; adequar e fortalecer o sistema educativo e de desenvolvimento de capital humano no âmbito da educação nutricional; fortalecer a institucionalidade do setor SSAN e melhorar a estabilidade do acesso ao alimento. O PLANAL abrange três programas já em teoria deveriam estar em vigência desde o momento de elaboração do PLANAL, entretanto, com o cancelamento do PLANAL, tais programas foram anulados (Quadro 01). Através destes programas observa-se o interesse à produção de alimentos saudáveis, com controle de agroquímicos e resgate de saberes e técnicas ancestrais. Destacamos que a maioria dos objetivos destes programas governamentais já são pautas de lutas de movimentos sociais, como o CONAMURI.

Quadro 01: Novos programas a serem executados pelo PLANAL.

Programa	Descrição	Meta	Cobertura	Responsável
<i>Programa Nacional de SSAN para la Agricultura Familiar</i>	Produção de alimentos com qualidade nutricional, com controle de agroquímicos e desenvolvimento de tecnologias de sistemas produtivos apropriados;	30.000 famílias incorporadas ao Programa por ano, a partir 2009;	Agricultores/as familiares, famílias urbanas em condição de vulnerabilidade e jovens da área rural;	MAG
<i>Programa Nacional de Seguridad Alimentaria y Desarrollo de la Agricultura y Economía Indígena</i>	Produção familiar e comunitária de alimentos, resgate de produtos tradicionais, tecnologias e saberes ancestrais;	5.000 novas famílias indígenas incorporadas ao Programa por ano a partir de 2009;	Indígenas do campo e da cidade;	MAG
<i>Programa Nacional de Fomento de la Producción Orgánica y Agroecológica</i>	Desenvolvimento de produtos, mercados e sistema de certificação de produtos orgânicos, com o apoio a competitividade;	Total de 30.000 unidades produtivas orgânicas certificadas em 2013.	Todo o territorio nacional;	MAG

Fonte: Governo do Paraguai; Org.: PEREIRA, L. I. (2016).

Além dos programas acima citados, novos programas foram propostos pelo PLANAL (Quadro 02), que também não saíram da esfera burocrática, pelo menos não até o momento de elaboração deste artigo. Especulamos que estes programas não foram colocados em prática devido ao modelo de desenvolvimento proposto pelo governo do Paraguai. Embora tenham sido planejados durante o governo Lugo, o presidente não tinha total autonomia implementá-los, uma vez que a maioria dos deputados e senadores

governam de acordo aos interesses da elite ruralista do país. Isso se torna evidente ao analisar o fato de que Lugo procurou realizar algumas medidas que beneficiasse camponeses e foi destituído através de um golpe.

Quadro 02: Programas em vigência do PLANAL.

Programa	Descrição	Meta	Cobertura	Responsável
<i>Programa Nacional de Protección, Promoción e Inclusión Social</i>	Transferência de recursos financeiros a famílias em condição de extrema pobreza, principalmente em comunidades interessadas em melhorar a soberania e segurança alimentar e nutricional;	536 comunidades indígenas	Comunidades indígenas	SAS
<i>Programa Nacional de Nutrición, Alimentación e Inocuidad</i>	Capacitação nutricional, vigilância de transtornos e enfermidades transmissíveis e não transmissíveis por alimentos,	N.I.	Universal	MSPBS
<i>Programa Nacional de Fortalecimiento de la Educación para la soberanía y seguridad alimentaria y nutricional</i>	Identificação de problemas de alimentação e nutrição no âmbito da população em idade escolar;	N.I.	Universal	MEC

Fonte: Governo do Paraguai; Org.: PEREIRA, L. I. (2015).

Segundo Stanley (2011), o PLANAL possui objetivos integrados ao PEES e PPDS, pois focaliza os fatores dentro destes dois planos que se encontram diretamente responsáveis pela segurança e soberania alimentar, ou seja, o PLANAL destaca os objetivos específicos e eixos estruturais que envolvam a segurança e soberania alimentar e desenvolve-os, ou pelo menos este deveria ser o objetivo. Assim, o PLANAL busca estabelecer um vínculo entre diversas instituições. O PLANAL e os seus respectivos programas, foram paralisados em 2012, com a saída de Lugo, pois não é interesse do governo do Partido Colorado.

No que tange às falhas dos planos acima mencionados, destacamos seis: ausência de uma visão mais holística sobre a insegurança alimentar; insuficiência das estratégias nacionais para a efetivação da segurança e soberania alimentar, desigualdade na distribuição de riquezas, ausência de uma promoção integrada entre sociedade e governo para a construção de uma política de segurança e de soberania alimentar; falta de transparência e falta de acessibilidade a informação, uma vez que os principais alvos de tais

programas e os que mais sofrem com a insegurança alimentar são comunidades rurais e indígenas isoladas.

Enfatizamos que tais planos foram elaborados durante o mandato de Fernando Lugo, que possuía uma postura em prol dos movimentos sociais e de reforma agrária, não foi por acaso que durante o seu governo foram estabelecidos três planos de desenvolvimento social, em que estava embutido em todos estes a segurança alimentar, inclusive ariscando realizar uma política de soberania alimentar, no caso específico do PLANAL. Fernando Lugo sofreu um golpe de Estado em 2012 e foi destituído do cargo de Presidente da República, tal golpe repercutiu na mídia como um retrocesso da democracia. Com a saída de Lugo, o PLANAL e os seus respectivos programas foram cancelados e o PEES não foi renovado, o que motivou a FAO a atuar ainda mais no país.

Além destes programas integrados ao PLANAL, há outros sete programas em vigência e desenvolvidos pelo Ministerio da Agricultura y Ganaderia (MAG) que não estão articulados a nenhum plano específico. Estes programas não enfocam diretamente a segurança ou soberania alimentar, mas em algum momento em seus objetivos aparecem à temática que nos interessa. O perfil destes programas é o mesmo que já ressaltamos aqui: garantir o acesso ao alimento através do fortalecimento da agricultura familiar e a integração do agricultor familiar ao mercado.

Atualmente o principal projeto do MAG é *Proyecto de Inclusión de la Agricultura Familiar em Cadenas de Valor - Proyecto Paraguay Inclusivo (PPI)*, que tem como objetivo contribuir para incrementar os ativos e qualidade de vida dos agricultores familiares campesino pobres e a população rural pobre em geral mediante a mediante a sua inserção de forma sustentável e através de organizações sociais representativas, em cadeias de valor, com visão de gênero e conservação do meio ambiente. O PPI tem abrangência departamental, onde as áreas prioritárias são: Concepción, San Pedro, Guairá, Caaguazú, Caazapá, Itapúa, Paraguari, Alto Paraná, Cordillera e Canindeyú. Durante a entrevista com a representante do MAG, esta nos destacou que este programa é de extrema importância para a garantia da segurança alimentar no Paraguai. Contudo, na entrevista com o CONAMURI e durante a *I Jornada de Agroecología - Agroecología: un proyecto de vida, lucha y resistencia*, diversos camponeses criticaram o programa afirmando que o mesmo não é acessível, que não há assistência por parte do MAG e que auxilia na promoção da agricultura empresarial.

Já o *Programa de Modernización de la Gestión Pública de Apoyos Agropecuarios (PAGRO)* busca contribuir com a melhora da produtividade e o aumento do ingresso dos pequenos e médios produtores agropecuários. O programa enfatiza fortalecer a agricultura familiar para promover a *segurança alimentar* e inserção nas cadeias de valor. Este programa é um dos poucos que citam diretamente a segurança alimentar, porém esta deve

ser realizada via mercado. O PAGRO é um programa departamental presente em Cordillera, Misiones, Paraguari, Caaguazú, Caazapá, Guairá, Central, Itapúa, San Pedro, Concepción e Presidente. Hayes.

O *Proyecto de Desarrollo Rural para el Fortalecimiento del Sistema de Gestión Territorial* (KATUPYRY) é um projeto piloto e interinstitucional, ou seja, executado pelo Ministerio da Agricultura y Ganaderia, pela Ministeria da Hacienda e pela Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA). Também possui o apoio do Instituto *Interamericano de Cooperación para la Agricultura* (IICA). O KATUPYRY que tem como objetivo alcançar o desenvolvimento definitivo para cada território através da aplicação do Sistema de Gestão Territorial Participativo e Inclusivo. Ressaltamos que durante todo o ano de 2015 o MAG ressaltou através de reportagens a relevância deste programa para o desenvolvimento territorial. Atualmente o KATUPYRY é desenvolvido nos departamentos de Caazapá e Itapúa.

Outro é programa é o *Laboratorio de Bioseguridad y Fortalecimiento del Laboratorio de Control de Alimentos* (SENACSA) que tem como objetivos principais fortalecer e readequar a capacidade de diagnóstico do laboratório da SENACSA, dotando o país de infraestrutura necessária para a manipulação de amostras de campo para diagnóstico de enfermidades em animais e da saúde pública. O SENACSA é desenvolvido apenas no departamento de Central, o mais populoso do Paraguai.

O *Programa de Fomento al Desarrollo de la Competitividad Agropecuaria*, conhecido como COMPETITIVIDAD, é um programa que se complementa com outras ações do MAG e da *Universidad Nacional de Asunción* (UNA). O objetivo geral do programa é a inserção competitiva do setor agropecuário nos diferentes mercados, de maneira econômica, social e ambiental sustentáveis. Como objetivos específicos, o COMPETITIVIDAD visa contribuir para o melhoramento das condições para o desenvolvimento de produtos agrários competitivos através do aumento da produção e das vendas e melhorar as capacidades institucionais para uma maior eficiência e eficácia das ações do MAG. O COMPETITIVIDAD considera o mercado como um fator primordial para o êxito e desempenho da produção agrária do país.

Por fim, há outros dois programas de abrangência nacional. O primeiro é o *Proyecto de Desarrollo Rural Sostenible* (PRODERS), que tem o objetivo de melhorar a qualidade de vida de pequenos produtores e comunidades indígenas, através de medidas de apoio que permita fortalecer sua organização comunitária, a autogestão e inserção no mercado e em cadeia de valor. Posteriormente há o *Programa de Fomento de la Producción de Alimentos por la Agricultura Familiar* (PPA), conhecido somente como *Programa de Producción de Alimentos*. O PPA contempla os princípios da inclusão social, da juventude rural e da

sustentabilidade Tem como objetivo a assistência técnica na organização da produção e da comercialização, promoção da educação rural e transferência de incentivos.

Deste modo, dos planos citados acima, apenas o PPDS está em execução, enquanto o PEES foi finalizado em 2013 sem perspectiva de continuidade e o PLANAL foi cancelado em 2012, logo após a destituição de Lugo. Com o cancelamento do PLANAL, os programas executados por este plano também foram excluídos, sendo: PONSADAI, PRONADAR e PRONSADAF. O cancelamento do PLANAL foi um retrocesso, pois dentre os planos, era o único que abordava a soberania alimentar e que possuía programas diretamente para comunidades camponesas e indígenas.

A luta pela Soberania Alimentar no Paraguai: o caso da Coordenadora de Mujeres Rurales e Indígenas (CONAMURI)

A soberania alimentar é pauta na luta de diversos movimentos sociais paraguaios. Dentre estes destacamos a *Coordinadora Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas* (CONAMURI), pois apresenta uma luta singular quando comparado aos demais. De acordo com Perla Alvarez⁴, líder e dirigente do CONAMURI, o movimento foi criado em 1998 com dois objetivos: inserção das mulheres no cenário político e nas tomadas de decisões e luta pela soberania alimentar, a principal bandeira do movimento. O CONAMURI está territorializado em dez departamentos do Paraguai e desde então realiza manifestações, eventos (seminários, congressos e jornadas) e feiras agroecológicas em prol da soberania alimentar do povo paraguaio. O movimento utiliza o resgate de práticas produtivas ancestrais, preservação de sementes crioulas e a luta contra sementes transgênicas, produtos agroquímicos e as transnacionais que impõe o regime alimentar corporativo no país, sobretudo a Monsanto.

O CONAMURI é, sem dúvida, o principal movimento na luta pela soberania alimentar e contra o modelo de produção do agronegócio, possuindo diversas formas de luta. Dentre as ações do movimento destacamos: Jornada do dia mundial conta o uso de agrotóxicos e pesticidas, realizado no dia 02 de dezembro de 2015 na Escola de Agroecologia do CONAMURI; Feira de Fim de Ano *Jakaru Porã Haguã*⁵, realizada no dia 17 de dezembro de 2015 em Assunção; Feira Agroecologia *Kokuégui ne mesápe*, realizada mensalmente em Assunção, tal feira possui o slogan “Alimento Sano, Pueblo Soberano”. Além disso, o CONAMURI realiza manifestações em cidades que apresentam visibilidade, como Assunção e capitais dos departamentos, reivindicando a soberania alimentar do Paraguai e contra os agroquímicos. É interessante destacar que as atividades do

⁴ Perla Alvarez autorizou a entrevista e a divulgação do seu nome.

⁵ Maiores informações em: < <http://www.soberaniaalimentaria.org.py/>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

CONAMURI, tanto individuais, quanto conjuntas, são realizadas, majoritariamente, em praças públicas de Assunção. Quando questionada sobre a localização das ações, a dirigente do movimento afirmou que o objetivo das ações do movimento é agregar o maior número possível de indivíduos e mobilizar a sociedade civil para o debate sobre a soberania alimentar. Todas estas ações são de extrema importância e dá voz a bandeira de luta pela soberania alimentar.

No entanto, a principal ação destes dois movimentos compreende na criação do *Instituto Agroecológico Latino Americano Guaraní* (IALA GUARANÍ), criado em 2011 no Paraguai e, que em 2015 formou sua primeira turma de graduandos em Agroecologia durante a *I Jornada de Agroecología - Agroecología: un proyecto de vida, lucha y resistencia*, realizada no dia 03 de dezembro de 2015, na cidade de Assunção. De acordo com Perla Alvarez, o Instituto Agroecológico Latino Americano Guaraní está vinculado aos objetivos da CLOC e da Via Campesina da América do Sul. O IALA Guaraní é uma entidade científica, humanística e democrática, defendendo os princípios da soberania alimentar, proteção e multiplicação das sementes nativas, valorização da agricultura campesina e preservação do meio ambiente. Segundo a cartilha do IALA Guaraní, a iniciativa da criação de institutos de agroecologia está inserida em uma tentativa de articulação destes institutos. Durante a *I Jornada de Agroecología - Agroecología: un proyecto de vida, lucha y resistencia* (Fotografia 01), o IALA Guaraní formou sua primeira turma. Neste evento o instituto elaborou e divulgou a sua própria definição de agroecologia.

La agroecología es una ciencia que emerge como un proyecto estratégico, que rescata el modo de vida ancestral y contemporáneo, sustentables en reciprocidad con la naturaleza con sus características particulares, desarrollados de forma dinámica y racional a lo largo de la historia, implementando agroecosistema o modelos de producción que alteren en lo mínimo posible los ecosistemas naturales en contraposición al modelo productivo de muerte del agronegocio, teniendo en cuenta el flujo de energía, el ciclo de nutriente, la biodiversidad, rescate de las semillas nativas, la producción de alimentos, practicas cooperativas, el intercambio, el goce pleno de los frutos de nuestro trabajo y la vida misma del ser humano en un ámbito de igualdad y equidad de género en una búsqueda constante del equilibrio biológico, productivo y ecológico, dentro de la lógica del buen vivir. *Teniendo como base a las estructura organizativas populares, campesinas e indígenas, de la sociedad civil en general, promoviendo una alianza entre la ciudad y el campo bajo los valores de la minga, el trabajo colectivo, la solidaridad y la ayuda mutua perdidos actualmente, defendiendo el territorio y organizando a las comunidades, reconociendo y fortalecimiento su identidad cultural para la Soberanía Alimentaria en pos de la transformación social, política, económica, cultural e ideológica de la sociedad capitalista no sostenible* (IALA GUARANÍ, 2015, p. 01 - grifo nosso).

Com a definição de agroecologia elaborada pelo IALA Guaraní, torna-se evidente a proposta de um novo modelo de desenvolvimento para o campo paraguaio, que luta contra

o modelo do agronegócio em vigência no país. O IALA Guaraní procura atrair a população urbana para a luta pela soberania alimentar através da conscientização que o direito político ao alimento é uma luta de toda a sociedade e não exclusiva de movimentos sociais e camponeses. Durante a entrevista, Perla Alvarez afirmou que o CONAMURI e a *Organización de Lucha por la Tierra* (OLT) realizam seus eventos justamente em praças no centro de Assunção para atrair a população urbana que circula no local, com o intuito de possibilitar que a este público tenha acesso a alimento saudável e com baixos preços que, segundo a líder dirigente, é um atrativo para a sociedade civil se conscientizar da importância da soberania alimentar.

Fotografia 01: Feira agroecológica do assentamento 01 de Marzo realizada através de ação conjunta entre CONAMURI e OLT.



Fotografia: PEREIRA, L.I.; Data: 02 dez .2015.

Outra ação de luta pela soberania alimentar é o movimento *Ñamosêke Monsanto*, que engloba trinta organizações paraguaias do campo e da cidade, incluindo o CONAMURI. O *Ñamosêke Monsanto* consiste em uma campanha lançada em outubro de 2013 contra a transnacional Monsanto, que controla a produção e o mercado de sementes transgênicas e produtos agroquímicos em escala mundial. Segundo a Via Campesina (2014) a campanha foi idealizada no sentido de lutar contra o uso de sementes geneticamente modificadas e de agroquímicos. Em 2015 dentro do *Ñamosêke Monsanto* foi lançada a campanha “*Pueblos*

Libres de Transgénicos y Agrotóxicos”, com o objetivo de promover o modelo de produção agroecológico e conscientizar a população paraguaia sobre os efeitos do modo de produção do agronegócio. Esta campanha também conta com o apoio do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), do Brasil e *Movimiento Nacional Campesino e Indígena* (MNCI), da Argentina (AGENCIA DE INFORMACIÓN PARAGUAYA, 2015). Ressaltamos que a luta contra a utilização de agroquímicos no Paraguai não é em vão, o país é um dos maiores importadores deste tipo de insumo. Em junho de 2016 a importação de agroquímicos e fertilizantes pelo Paraguai totalizou em 120.612.626 quilogramas (SENAVE, 2016).

Ainda, uma outra ação dos movimentos sociais que lutam pela soberania alimentar no Paraguai é o projeto de lei “*que establece normas de etiquetado de productos destinados al consumo humano, que sean, contengan o deriven de organismos genéticamente modificados y garantiza el derecho a la información del consumidor*”. No dia 09 de dezembro de 2015 ocorreu no Senado do Governo do Paraguai uma audiência pública para esclarecimentos sobre o projeto de lei. Durante a audiência foram ouvidos depoimentos de médicos, agrônomos, economistas e sociólogos a respeito da atual utilização de transgênicos no Paraguai. Segundo o grupo de pesquisa BASE Investigaciones Sociales (2015), o projeto de lei conhecido popularmente como “*Ley de Etiquetado*”, foi oficialmente levado ao Senado no dia 17 de dezembro na última sessão anual da Câmara de Senadores do Paraguai. Sem dúvidas, esta lei é um avanço para o país e para o acesso à informação sobre os alimentos que os paraguaios consomem.

Por fim, outra campanha foi lançada em abril de 2016 com o título de “*Tierras Malhabidas*”. A campanha não tem como objetivo principal luta pela a soberania alimentar, mas sim pela recuperação das terras que estão em posse ilegal de latifundiários e empresas nacionais e estrangeiras. De tal modo, a campanha tem como trunfo a luta pela terra no país. Cabe destacar que não podemos separar a luta pelo território da luta pela soberania alimentar, logo, esta campanha é importante na luta pelo direito de decidir sobre o alimento. Uma das conscientizações da campanha é em relação de como a ausência da soberania territorial e econômica impacta na soberania alimentar. A Fotografia 02 mostra um alimento típico paraguaio, que consiste em um bolo salgado a base de milho chamado de “*sopa paraguaya*”, a campanha destaca que o povo paraguaio perdeu a soberania do seu território e do que produzir neste, que até a sopa que era paraguaia tornou-se “*sopa ex-paraguaya*”, pois o produto agrícola base para a sopa, neste caso o milho, é produzido por empresas transnacionais, com sementes transgênicas, utilização indiscriminada de agroquímicos e com técnicas produtivas impostas pelo modelo do agronegócio. Esta ação dos movimentos sociais evidencia a articulação entre as soberanias - econômica, territorial e alimentar.

Fotografia 02: Campanha Tierras Malhabidas.

Fonte: Divulgação Campanha Tierras Malhabidas. Data: 18 abr. 2016.

Todas estas ações se configuram como resistências frente ao modelo de crescimento econômico desenvolvido pelo agronegócio. A soberania alimentar que os movimentos sociais reivindicam corresponde a um modelo alternativo de desenvolvimento que procura resgatar saberes ancestrais paraguaios, resgatar e preservar sementes crioulas e produzir alimentos para o consumo nacional através de práticas agroecológicas, enfim, buscam um acesso mais do que econômico, mas sim um acesso político ao alimento.

Considerações finais

O Paraguai é o país com maior desigualdade social da América do Sul, com o total de 1.534.000 habitantes na faixa de pobreza em 2015, onde mais de 40% da população sofre problemas relacionados à fome. Contudo, é o sexto maior produtor de soja do mundo, uma produção que cresce a cada safra com o total apoio do Estado paraguaio. Ao mesmo tempo ocorre a nível global a emergência de uma preocupação com a segurança e soberania alimentar, de modo que há diversas iniciativas em variados âmbitos para o desenvolvimento desta.

O papel do Estado na promoção segurança alimentar é fraco, pois o mesmo atua através de planos e projetos que visam fortalecer a agricultura familiar via mercado, sem focar em políticas de segurança ou soberania alimentar. Observamos ainda que todos os planos e programas que tinham como objetivo a segurança e, inclusive buscando a

efetivação da soberania alimentar, foram elaborados durante o governo de Fernando Lugo, caracterizado por uma posição em prol das políticas sociais, porém com a saída de Lugo da presidência, o PLANAL foi cancelado e o PEES não foi renovado. Com a entrada de Federico Franco e posteriormente Horacio Cartes, nenhum novo plano que vise à segurança e soberania alimentar foi elaborado, sendo esta uma luta apenas dos movimentos sociais. Enquanto isso, tais presidentes aprovaram novos cultivos transgênicos - soja, milho e algodão - e liberaram agroquímicos antes proibidos no país.

Diante deste cenário, os movimentos sociais possuem um importante papel para a garantia da soberania alimentar. Destacamos mais uma vez que os movimentos lutam pela soberania alimentar, uma luta política, enquanto o Estado paraguaio busca uma segurança alimentar via mercado. As ações do movimento são as principais formas de garantir a soberania alimentar do país. O CONAMURI foi criado justamente com o objetivo de lutar pela soberania alimentar no Paraguai, nesse sentido, em 2011 criou o *Instituto Latinoamericano de Agroecología Guaraní*. Assim, o CONAMURI é o principal sujeito na luta em prol de um modelo de desenvolvimento alternativo. Destacamos que o CONAMURI declarou durante o trabalho de campo que no ano de 2016 iniciará sua atuação em ocupações de terras no Paraguai, pois este movimento entende que não tem como garantir a soberania alimentar sem uma reforma agrária, ou seja, a soberania alimentar como um território.

Referências

- ALBUQUERQUE, José Lindomar C. **A dinâmica das fronteiras**: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai. São Paulo: Editora Annablume, 2010.
- BOFILL, Isabel Esparza I. **La soja em Paraguay**: concentración, extranjerización de la tierra y las consecuencias en el campesinado. Madrid, 2012. 94 f. Dissertação (Mestrado em Estudios Contemporáneos de América Latina. Facultad de Ciencias Políticas y Sociología, Universidad Complutense de Madrid, Madrid (Espanha).
- CAMPANHA TIERRAS MALHABIDAS. Disponível em: <<http://www.tierrasmalhabidas.com.py/>>. Acesso em: 30 jun. 2016.
- CAPECO. **Cámara Paraguaya de Exportadores y Comercializadores de Cereales y Oleaginosas**. Disponível em: <<http://www.tera.com.py/>>. Acesso em: 26 dez. 2015.
- COLOGNESE, S.A.; MÉLO, J.I.B. A técnica de entrevista na pesquisa social. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 09, p. 143-159, 1998.
- DIRECCIÓN GENERAL DE ESTADÍSTICA, ENCUESTAS Y CENSOS. **Encuesta Permanete de Hogares**. Assunção: DGEEC Publicaciones, 2013.
- FABRINI, João Edmilson. Campesinato e agronegócio na fronteira entre o Brasil e Paraguai. **Boletim DATALUTA** v. 23, p. 1-9, 2012.
- HOBASBAWN, Eric. **A Era dos Impérios (1875-1914)**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

INSTITUTO AGROECOLÓGICO LATINOAMERICANO GUARANÍ. **Agroecología: Diálogo de Saberes en el encuentro de Culturas - Experiencias de producción agroecológica.** Asunción: IALA GUARANÍ, 2014.

JORNAL HOY. Paraguay dedica 6% de su superficie cultivable a alimentos de consumo local. **Jornal Hoy**, Cuaderno de Economía, 13 out. 2015.

LAINO, Domingo. **Paraguai.** Fronteiras e penetração brasileira. São Paulo: Global Editora, 1979.

McMICHAEL, Philip. A food regime analysis of the 'world food crisis'. **Agriculture and Human Values**, n. 26, 2009, p. 281-295.

McMICHAEL, Philip. **Historicizing Food Sovereignty: a Food Regime Perspective.** Food Sovereignty: a critical dialogue, set. 2013.

MINISTERIO DA AGRICULTURA Y GANADERIA. **Proyecto KATUPYRY fortalece acciones para el desarrollo territorial.** Asunción: MAG. Publicado em: 17 ago. 2015.

MINISTERIO DA AGRICULTURA Y GANADERIA. **Programa de Fomento al Desarrollo de la Competitividad Agropecuaria (COMPETITIVIDAD).** Asunción: Gobierno de la República del Paraguay, 2015.

MINISTERIO DA AGRICULTURA Y GANADERIA. **Programa de Fomento de la Producción de Alimentos por la Agricultura Familiar (PPA).** Asunción: Gobierno de la República del Paraguay, 2015.

MINISTERIO DA AGRICULTURA Y GANADERIA. **Programa de Modernización de la Gestión Pública de Apoyos Agropecuarios (PAGRO).** Asunción: Gobierno de la República del Paraguay, 2015.

MINISTERIO DA AGRICULTURA Y GANADERIA. **Proyecto de Desarrollo Rural Sostenible (PRODEERS).** Asunción: Gobierno de la República del Paraguay, 2015.

MINISTERIO DA AGRICULTURA Y GANADERIA. **Proyecto de Desarrollo Rural para el Fortalecimiento del Sistema de Gestión Territorial (KATUPYRY).** Asunción: Gobierno de la República del Paraguay, 2015.

MINISTERIO DA AGRICULTURA Y GANADERIA. **Proyecto Paraguay Inclusivo (PPI).** Asunción: Gobierno de la República del Paraguay, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA (FAO). **El estado mundial de la Agricultura y la Alimentación en el mundo.** Roma: FAO, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA (FAO). **Global agricultulre towards 2050.** Roma: FAO, 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA (FAO). **Derecho a la alimentación, seguridad y soberanía alimentaria.** Roma: FAO, 2013.

PARAGUAY. **Constitución de la República de Paraguay**, 1992. Disponível em: <https://www.oas.org/juridico/mla/sp/pry/sp_pry-int-text-const.pdf>. Acesso em: 24 dez. 2015.

PARAGUAY. **Propuesta para un crecimiento económico con inclusión social en Paraguay - Plan Estratégico Económico y Social (PEES).** Asunción: Gobierno de la República del Paraguay, 2008.

PARAGUAY. **Plan Nacional de Seguridad y Soberanía Alimentaria y Nutricional del Paraguay (PLANAL)**, Asunción: Gobierno de la República del Paraguay, 2009.

PARAGUAY. **Propuesta de Política Pública para o Desarrollo Social (2010-2020)**. Asunción: Gobierno de la República del Paraguay, 2010.

PARAGUAY. **Organización Ñamoseke Monsanto prepara varias atividades para este año**. Agencia de Información Paraguaya. Data de publicação: 09 fev. 2015. Disponível em: <<http://www.ip.gov.py/ip/?p=2144>>. Acesso em: 30 dez. 2015.

PARAGUAY. **Marco Estratégico Agrario**: Directrices básicas 2014/2018. Ministerio de Agricultura y Ganadería (MAG), 2014. Disponível em: <http://www.mag.gov.py/sigest_actas/Marco%20Ampliado.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2015.

PASTORE, Carlos. **La lucha por la tierra en el Paraguay**. Asunción: Intercontinental Editora, 1972).

SERVICIO NACIONAL DE CALIDAD Y SANIDAD VEGETAL Y DE SEMILLAS. **Boletín Estadístico Mensual** - Junio de 2016. SENAVE. Disponível em: <<http://www.senave.gov.py/docs/boletin-estadistico/boletin-estadistico-junio-2016.jpg>>. Acesso em: 02 jul. 2016.

STANLEY, Clara. **Seguridad y Soberanía Alimentaria**: Fallas y Propuestas de Políticas. Asunción: Centro de Análisis y Difusión de la Economía Paraguaya (CADEP), 2011.

THE NEW YORK TIMES. País que mais cresce nas Américas, Paraguai enfrenta desigualdade extrema. **The New York Times**, 04 mai. 2013.

VÁZQUEZ, Fabricio. **Geografía humana del Chaco Paraguayo**. Transformaciones territoriales y desarrollo regional. Asunción: ADEPO, 2013.

VIA CAMPESINA **The right to produce and access land**: position of Via Campesina on Food Sovereignty. World Food Summit, Roma, 1996.

VIA CAMPESINA. **Nyeléni 2007 - Forum for Food Sovereignty**. Sélingué (Mali): Via Campesina, 2007.

VILLAGRA, Luis Rojas. **Actores del agronegocio en Paraguay**. Asunción: BASE Investigaciones Sociales, 2009.

VILLAGRA, Luis Rojas. **Proceso histórico de la economía paraguaya**. Asunción: Secretaría Nacional de Cultura, 2012.

WHITE, Ben; FRANCO, Jennifer; SÁNCHEZ, Javier; TANDON, Nidhi. **Acaparamiento de tierras, nuevo espolio**. Madrid: Centro de Investigación para la Paz, 2012.

WITTMAN, Hannah. Food Sovereignty - a new rights framework for food and Nature? **Environment and Society**: advances in Research, v. 2, 2011, p. 87-105.

Recebido para publicação em 05 de julho de 2016.

Devolvido para a revisão em 13 de julho de 2016.

Aceito para a publicação em 07 de setembro de 2016.